



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 03/12

Data da Sessão: 30 de abril de 2012

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 19.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos, Dr.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

----- Aos 30 dias do mês de abril do ano de 2012, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. – **Período de Antes da Ordem do Dia;**-----
- 2.– **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;**-----
- 3.– **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Documento de Prestação de Contas de 2011;**-----
- 4.– **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro de 2011;**-----
- 5.– **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Pedido de Reconhecimento do Interesse Público Municipal para a instrução do processo de avaliação de incidências ambientais, apresentado por “EDIFIG – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LDA.”, para o lugar de Lagotos, freguesia de Liceia;**-----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças - **Mesa:** --
Lídio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha e Vitor Manuel Monteiro Travassos. -----

membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Marco Bruno Cardoso Freitas Gois, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Ricardo Manuel Pato Sousa Brites, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Altino Ferreira Lopes, José Carlos Malheiro Leite, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António Coutinho da Costa e Sousa, Fernando Vitor Ladeira Pereira, Nuno Miguel Pinto Loureiro e José Mendes Simões Monteiro. -----

Presidentes de Junta: Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride, Vila Nova da Barca e Maria Lisete Fabrício da Silva Minau. -----

Executivo: Luís Manuel Barbosa Marques Leal; Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Gois Ferreira, Elisabete Maria Neto Pereira, Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama. -

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente, referidas – Nuno Gonçalves, Edmea Silva e António Manuel da Silva Pagaimo e PJF de Montemor-o-Velho. -----

----- **Ponto 1 - Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Lídio Cristo, deu início à reunião, quando eram 16 horas e 30 minutos, saudou os presentes, formulou votos de que a reunião fosse frutuosa de modo a defender os interesses do concelho e conforme o previsto no Regimento da AM propôs a inclusão de dois pontos na Ordem de Trabalhos e a sua consequente alteração. Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, passando os dois últimos pontos a serem os seguintes: -----

- 6.– **Autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais;** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

7.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano. -----

-----Seguidamente, o SMAM, Vitor Travassos, informou da diversa correspondência expedida e recebida, para além da que constava no documento, previamente enviado, tendo salientado: documento remetido pelos Autarcas Social Democratas (ASD) sobre a lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; ofício da CMMV a solicitar o agendamento extraordinário de dois assuntos; ofício da FENPROF sobre a constituição de grandes agrupamentos de escolas; ofício da JF de Abrunheira a remeter certidões de afixação; comunicação de impossibilidade de presença na sessão de 25 de abril de Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves; pedido de justificação de falta para a sessão de hoje de Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves; pedido de substituição para a sessão de hoje de Edmea Silva e comunicação do líder do grupo do PS da substituição de dois membros do grupo do PS por Fernando Pereira e José Mendes Simões. -----

-----Foi, então, posta à discussão e votação a ata número 1, de 22 de fevereiro de 2012 que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: Votos contra - 0; Abstenções - 04; Votos a favor – 31. -----

-----Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos ou outros, que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

-----**Intervenção** subscrita pelo PJF de Arazede, Eusébio Campos (CMS), "**Inauguração da ETAR de Arazede**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo membro Ricardo Brites (CDU), "**Interpelação ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego**". -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: que segundo o entendimento do grupo da CMS, tratava-se de uma recomendação ou pedido de esclarecimento, não havendo por isso lugar a votação. -----

-----O PMAM disse que, no entender da MAM, esta poderia ser considerada uma moção, pelo que consideram que não há inconveniente em votar, a não ser que a AM não concorde, tendo questionado o membro Ricardo Brites se pretendia considerar o documento como um esclarecimento ou moção.-----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) disse ter entregue o documento como uma proposta de deliberação, e com o objetivo de que fosse votada, pelo que o PMAM questionou se alguém se opunha a que esta proposta seja votada.-----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “À luz do Regimento desta AM temos diversos tipos de enquadramento para estas intervenções e por isso pedia novamente que fosse então

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

esclarecido se o entendimento é de que seria uma moção, uma recomendação ou um pedido de esclarecimento.”-----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) disse: “Perante estas particularidades, que penso que têm mais importância do que o objetivo desta proposta, quer se chame interpelação, deliberação, moção ou pedido de esclarecimento, volto a dizer que, se quiserem altero o título do documento que foi apresentado à MAM. O que foi apresentado foi uma proposta de deliberação, a qual inclui pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego, mas se não está de acordo com aquilo que pretendo, irei fazer as correções para que assim seja. Caso não seja permitido, o que iremos fazer é o que está escrito e que consta do Regimento desta AM e será, apenas, um pedido de esclarecimento.”-----

----- O PMAM disse que, a Mesa decidiu que o documento fosse reconhecido como Moção, e como tal seria colocado à votação, passando a constar como documento anexo à presente ata, sob o número 02, e aprovado por maioria, com o seguinte resultado: Votos contra - 0; Abstenções - 21; Votos a favor – 12. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Meãs do Campo, Paulo Rama (CMS), "**Obras Lançadas na Freguesia de Meãs do Campo no dia 25 de Abril**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Santo Varão, Paulo Redondo (CMS), "**Centro Cultural de Santo Varão – Freguesia de Santo Varão**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**GCAP – Peça e Estalajadeira e 39.º Aniversário do GCAP**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo membro Altino Lopes (CMS), "**Campeões Distritais da INATEL**", conforme documento anexo à presente ata, sob o nº 06, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Recomendação** subscrita pelo membro Ricardo Brites (CDU), "**Recomendação – Reforço do subsídio a atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho**", conforme documento anexo à presente ata, sob o nº 07.-----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Com todo o respeito que deve ser tido pelo assunto, nomeadamente pela delicadeza da situação e das dificuldades que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho (AHBVMV) tem vindo a passar, julgo que não se pode cair na fácil tentação de querer usar como “arma de propaganda política barata” aquela associação. E nesse sentido, pediria um esclarecimento ao executivo municipal, porque segundo sei, houve alguns avanços relativamente a esta questão do subsídio a atribuir aos Bombeiros por parte da autarquia. Tenho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

informação através da Associação que terá havido uma reunião e o subsídio mensal já terá tido uma revisão e um aumento por parte do executivo municipal. Sendo lógico e compreensível que, provavelmente, aquilo que os responsáveis da AHBVMV desejariam como o ideal para a base de equilíbrio que permita garantir o serviço prestado às populações, não pondo em causa o que se sabe que será cada vez mais difícil, que é a disponibilidade financeira do Município, creio que este tipo de Moção fica um pouco desenquadrada. Não percebo como é que o órgão deliberativo pode fazer uma imposição nesta figura regimentar ao executivo, quando muito, poderia haver uma recomendação para que este assunto fosse tratado de outra maneira. Portanto, pediria ao executivo para clarificar e dar conhecimento estes últimos avanços e por outro lado pretendo vincar que acho um pouco despropositado os termos em que esta figura regimentar é colocada tendo como base a AHBVMV. Volto a referir que não gosto de ver os Bombeiros a serem usados como “arma de arremesso” ou de propaganda política.” -----

-----O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto e tratando-se da AHBVMV e do serviço que presta à população, julgo que todos partilhamos a mesma preocupação em relação àquilo que vai sendo do conhecimento público e da situação da instituição. Mas neste caso o grupo do PS, entende, também, que a solução mais fácil e mais imediata é, realmente, aumentar a verba do subsídio, mas poderá não ser a mais correta ou a mais indicada. Que eu tenha conhecimento, nunca houve nenhuma quebra do acordo entre a CMMV e a Associação, sendo que o problema que está por trás, advém internamente da AHBVMV. Entende o grupo do PS que o executivo municipal deve disponibilizar todos os meios ao seu alcance, para ajudar a Associação nesta situação, mas esta proposta partir de AM, não lhes parece a forma mais correta. Julgo que deverão ser tomadas diligência por parte do executivo para, juntamente com a direção da associação, chegarem a um ponto de entendimento e ver quais são as medidas necessárias, não só para resolver o problema no imediato, mas garantir a sustentabilidade da associação. Compreendo o colega da CDU, mas nem sequer sabemos qual será o montante que está em causa, nem qual o que poderá resolver a situação, e se o simples aumento do montante vai resolver o problema. -----

-----Se o texto se mantiver nestes moldes o grupo do PS irá abster-se em relação a esta Moção, porque não temos conhecimento de causa, nem sabemos se o colega teve alguma reunião com a direção e se teve mais informação do que nós. Se quiser alterar e transformar a Moção numa recomendação ao executivo municipal, para que sejam feitos todos os esforços dentro da possibilidade da autarquia para ajudar uma associação que presta um serviço importante à comunidade, o PS alterará o seu sentido de voto, mas se se mantiver nestes termos, o grupo do PS irá abster-se. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

----- O membro Ricardo Brites (CDU) disse: “Obviamente que a CDU teve uma reunião que foi solicitada pela direção da AHBVMV, sendo do nosso conhecimento que também foram solicitadas reuniões com todas as forças políticas do concelho, para terem uma mesma reunião para se averiguar o ponto de situação atual da Associação. Nessa reunião fomos alertados para a difícil situação em que a Associação se encontra e, obviamente, que não estamos aqui a fazer nenhum tipo de propaganda barata e muito menos a valer-nos da associação para o fazer. Por quem nos julgam? Propaganda política barata, sabemos nós quem a faz neste concelho e porque moldes a fazem. Nunca nos podem acusar de nos servirmos dos Bombeiros Voluntários para fazer qualquer tipo de propaganda barata. Os nossos princípios e os pressupostos deste documento que aqui foi entregue hoje ao PMAM, foi entregue como recomendação entre parênteses “Sujeito a votação pela AM”, e nem sequer indicamos o valor que na altura a direção dos bombeiros nos alertou que seria o valor mínimo para tentar ajudar na solução do problema. No documento não fazemos qualquer referência a valores e muito menos a imposições ao executivo, apenas nos preocupamos com o serviço que os Bombeiros prestam à população - é esta a nossa grande preocupação, e nada mais.” -----

----- O PMAM disse que a Mesa decidiu solicitar ao membro Ricardo Brites para que o documento seja registado como “Recomendação ao Executivo Municipal”, entendendo que há algum exagero na forma como esta recomendação escrita está feita, porque vincula a AM sem que ela tenha sido ouvida previamente, o que foi aceite. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**ETA – Estação de Tratamento de Águas de Tentúgal**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**Cuidados Primários de Saúde no Concelho de Montemor-o-Velho**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 09, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**1.ª Prova de Resistência TT da Morraça – Freguesia de Tentúgal**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 10, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos (CMS), "**Congratulações Diversas**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 11, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- O membro Ana Cristina Jorge (CMS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção prende-se com a situação da agregação de agrupamentos no concelho em que, neste momento, existe uma proposta em discussão nos vários agrupamentos e na CM, que passa pela criação de um único agrupamento. No último

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

Conselho Municipal de Educação (CME), esta situação foi debatida e no dia 29 de março, houve uma nova reunião com os agrupamentos, a CM e a Diretora Regional de Educação do Centro, que salientou que, a legislação que estava para sair iria no sentido de que as agregações se direccionavam para a continuidade entre ciclos até ao secundário. Esta legislação foi publicada no dia 26 de abril, designado como “Despacho n.º 5634/F/2012”, e que inúmera os critérios da constituição de agrupamentos de escolas de agregações, e passo a citar o que consta desse despacho: *“O agrupamento de escolas resultante dos processos de agregações previstos nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril...”, e aqui estamos a falar de facto de agregações de agrupamentos que já estavam contemplados em lei em 2008. Consta também que “... é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista a concretização dos seguintes princípios: a) Adaptar progressivamente a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos e adequar as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar; b) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade; c) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino; d) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar; e) Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de ensino pré-escolar que o integram.”* -----

-----Ou seja, caminhamos neste momento no nosso concelho para uma única Unidade de Gestão e que será uma medida de contenção exigida em nome da *Troika*, cujo objetivo é a poupança de recursos humanos, em detrimento da proximidade da gestão às pessoas, nomeadamente, no acompanhamento dos alunos, de famílias, de professores, assistentes operacionais, etc. Digamos que, de facto, esta irá ficar uma grande organização, mas todos temos de nos adaptar aos novos tempos. Vai deixar de haver esta proximidade e, evidentemente, que os problemas vão surgir e vão ser de uma amplitude muito maior. Diria que da má governação de outros tempos, surge mais uma medida que teremos que avaliar no futuro, porque até poderemos falar muito sobre ela, mas não a podemos avaliar, porque ainda não está em prática, apesar de em alguns concelho dizerem que resulta, mas teremos que ver.-----

-----Gostava de deixar uma posição muito clara deste grupo, porque desde sempre defendia a discordância de agregações devido ao público e às pessoas que engloba e àquilo que já defendi muitas vezes, no entanto, compreendemos que a lei é muito clara nesta matéria e portanto não há volta a dar. ----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

----- Importa deixar uma posição muito clara do PCM na defesa das agregações dentro do nosso concelho e dentro da nossa área territorial e, muito certamente que antes de se chegar a esta proposta, muita coisa foi dita, muitas adulações foram feitas, por uns e por outros em que teceram os seus comentários, mas que, na minha perspetiva, foi ganha por este concelho. De fato temos que perceber a defesa intransigente de que as instituições fazem parte dele, não se deverão agregar com as de concelhos limítrofes, porque temos a honra de ser munícipes de um concelho que tem crescido e que se tem expandido nos últimos anos e do qual todos nos orgulhamos, e não queremos vê-lo desmembrar-se numa área que é muito cara a este executivo e a todos nós, que é a educação e o futuro dos jovens. Portanto, que haja esta identidade à sede do concelho, que julgo que é muito importante que exista.” -----

----- O membro José Mendes Simões Monteiro (PS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção tem a ver com a necessidade de arranjar a estrada entre o Amieiro e Vale Canosa, numa extensão de cerca de 2 quilómetros, que é um ponto de ligação importante. Deixo este apelo à consideração do executivo, porque já transmiti esta preocupação ao anterior PJP e ao atual e, até ao momento, a situação continua na mesma.” -----

----- Outro assunto que não percebo é que tendo em atenção o esforço que a autarquia tem feito para dotar o concelho de saneamento, cerca de 30% da população da Carapinheira ainda não tem saneamento. Pretende saber como é que vão ficar no futuro, se vão assistir a que todas as outras freguesias tenham saneamento e se esta freguesia vai ficar na mesma.” -----

----- O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Tenho constatado por todo o concelho que quando os serviços municipalizados de água procedem à ligação à rede pública de prédios particulares, muitas das vezes têm de abrir o alcatrão, só que não o repõem, ficando assim durante meses o que com o tempo que estamos a atravessar, vai criando buracos nas estradas, o que tem criado alguns problemas a alguns munícipes. Tentei saber os motivos dessa situação, não sabendo no entanto se é verdade ou não, deixo a dúvida para que o executivo se assim entender, queira responder, tendo sido informado que não há matéria prima em stock para fazer essa reposição e que quem fornece esses materiais, não o faz, porque a CM tem dívidas para com eles, só repondo o stock no fim de reaverem as verbas devidas.” -----

----- O membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Pretendo fazer uma pequena alusão ao X Festival do Arroz e da Lampreia, que decorreu no Centro de Alto Rendimento (CAR), entre os dias 02 e 11 de março. Penso que, apesar de tudo, posso afirmar com alguma justiça que esta edição foi, na continuidade das anteriores, um sucesso, em que muito contribuíram as associações e as coletividades participantes, quer com a gastronomia quer com a animação que, em associação com algum setor da restauração, colocam Montemor nesta altura do ano e nestas edições do Festivas do Arroz e da Lampreia,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

no roteiro nacional gastronómico. Em complemento, não deixarei de referir a doçaria conventual que se associou e muito valorizou a edição do X Festival do Arroz e da Lampreia. Dentro das atividades que aconteceram de índole cultural ou recreativo, também não poderia deixar de realçar a apresentação pública, no dia 11 de março, da “Montemor TV”. Neste caso, felicito os promotores da iniciativa e da realização, ou seja, a Escola Profissional de Montemor-o-Velho e os seus professores, por se tratar do primeiro projeto audiovisual do concelho e que se destina, acima de tudo, a promover a divulgação de fatos, opiniões e ideias neste mundo global e também contribuir para fácil acesso à informação sobre a região, mormente nas áreas das nossas potencialidades económicas, criativas e estruturais do Baixo Mondego. Neste mundo universal que é a web, não posso deixar de felicitar os seus promotores pela iniciativa e desejar o melhor sucesso e empenho no futuro deste novo meio de comunicação.” -----

-----O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção é no sentido de apurar, junto do executivo municipal, se a intenção de encetar conversações com os congéneres dos concelhos limítrofes, relativamente à reorganização das nossas fronteiras, se já foi iniciada e em que ponto é que estariam essas negociações, compreendendo que se estiverem a decorrer existam pormenores que não deverão ser revelados, no imediato.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Começaria por aproveitar esta oportunidade, para apresentar a esta AM e desejar-lhe, publicamente, as boas vindas à vereadora Dr.ª Elisabete Neto, que se encontra em substituição da anterior vereadora Eng.ª Isabel Quinteiro. -----

-----Gostaria de deixar aqui duas ou três notas que têm a ver com algumas das intervenções anteriores, e que poderei dar alguma achega quanto a alguns aspetos que foram focados. Em relação à Linha da Beira Alta, é assim que deve ser designada e não Ramal Pampilhosa - Figueira, foi encerrada no governo anterior e o que se passa atualmente é precisamente uma contestação fortíssima, não só, por parte dos municípios que compõem as Comunidades Intermunicipais (CIM), sobretudo a do Baixo Mondego, no que diz respeito a esta linha, mas também, às CIM que compõe o Pinhal Litoral e o Pinhal Oeste, no que diz respeito à linha do oeste, que vem das Caldas da Rainha até à Figueira da Foz. Dentro deste contexto a postura tomada por este governo é a da manutenção do estado das coisas, que vinham do governo anterior e que têm levantado uma preocupação da apresentação de um estudo que pudesse viabilizar a reabertura das duas linhas para finalidades de transporte de pessoas e de mercadorias. Ao mesmo tempo, e neste âmbito, gostaria de deixar aqui uma informação muito clara e precisa de que, muito recentemente a pedido do Município de Montemor, dado que está contratada e adjudicada uma obra que envolve uma passagem, superior sobre esta linha nas ligações das Faíscas à Rotunda dos Gordos, pela variante que está prevista para aquela localização, a REFER fez-nos chegar um ofício em que dava conta da oportunidade, se o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

Município assim o considerasse, para fazer essa passagem de nível mas não superior, situação essa, de que já fui portador à ANMP, e mais concretamente à CIM do Baixo Mondego, como uma forma de protesto e de reclamação. Mas, deixo aqui uma informação clara de que esta eventual postura ou decisão envolverá um corte no investimento previsto para aquela obra de mais de meio milhão de euros. -----

----- Em relação às questões que foram levantadas, no que diz respeito à divisão territorial, quero dizer que a todo o processo que a Comissão Restrita aprovou e que depois em AM foi apresentada e aprovada, foi dado a devida sequência. Houve já uma abordagem por parte de um concelho vizinho sobre as circunstâncias que mais se prendiam com determinado tipo de quantidade de hectares envolvidos nas cedências e nas receções, o que demonstrou que o processo está a ser analisado pelos serviços jurídicos de algumas dessas autarquias. Por outro lado, nota-se que nem todas as autarquias vizinhas têm este processo a ser trabalhado da mesma maneira, e por isso não tiveram até hoje repercussões formais e institucionais para dar sequência às propostas que lhes foram apresentadas.-----

----- Em relação à questão da saúde no concelho e do que foi falado por parte do PJF de Tentúgal acrescentaria apenas duas ou três notas importantíssimas, na sequência dos contatos que já foram efetuados. A primeira está relacionada com o encerramento das urgências noturnas do Hospital dos Covões, a segunda tem a ver com as circunstâncias de encerramento de alguns dos ACES que constituem o Baixo Mondego, tendo sido dito aos PC da CIM de que essa atitude iria ver reforçado de novo o papel dos Centros de Saúde que tinham sido “secundarizados” perante a hierarquização até agora vigente, e que ao mesmo tempo iria haver sobretudo um trabalho mais objetivo sobre os circunstancialismos da criação de novas Unidades de Saúde Familiar (USF). E nessa matéria já aprendi com a vereadora Dr.ª Elisabete Neto, que há que conjugar, na criação destas USF, não só vontade política ou de saúde, como também e, preponderantemente, dos médicos que se associam para este fim. E digo que se associam, porque é, talvez, a melhor palavra que deve ser usada, porque já há uma discrepância funcional e objetiva quer de meios, quer de recursos, quer de potenciação, quando se criam as USF. -----

----- Em relação às outras questões que foram abordas, sobretudo no que diz respeito aos bombeiros, gostaria de deixar uma palavra muito clara nesta matéria, recomendando ao proponente da recomendação, que leia o relatório da inspeção efetuada a esta CM e que, como membro da AM, saiba as competências e as atribuições que temos, para poder fundamentar alguns aspetos, que por respeito pela cidadania da pessoa que o propôs, não terei outros adjetivos para os classificar. Agora em nome da justiça, da liberdade e da transparência dos processos não se façam recomendações a apontar para peculatos ou outras situações, para os quais o PCM não está nomeado, nem interessado em praticar. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

-----No dia 30 de março do corrente ano com a presença do PCM e dois vereadores, um deles da oposição, tivemos uma reunião com a direção dos Bombeiros, onde lhes foi feita uma proposta que até agora não teve resposta, tentando saber-se que se os financiamentos viessem a ser reforçados teria de ser objetivados. Hoje, e tenho documentos que o provam, o município transfere 3.500 euros mensais, decorrente de decisão do próprio executivo municipal para fazer face a despesas correntes onde se inscrevem prioritariamente, a manutenção dos postos de trabalho da Central Operacional, que o Município poderia fazer, não ultrapassando os 2.500 euros, pelo que temos uma atribuição excedentária de 1.000 euros para fazer face a despesas efetuadas por aquela Corporação em questões de Proteção Civil, como seja, lavagem de estradas em caso de acidente ou colocação de produtos ambientais, que facilmente se verifica que em alguns casos poderão não ter a sua utilidade. Para além disso, as despesas de capital que lançadas no Plano de Atividades da CMMV, preveem que o Município esteja disponível para ir até aos 80 mil euros no corrente ano. Recordo que vão verificar na conta de gerência, que em 2011 o total de transferências feitas pelo município para as Juntas de Freguesia, para o associativismo e para outras entidades elevou-se a 740 mil euros, sendo contempladas 43 associações, 14 freguesias e outras entidades e dos quais 10% foram para os Bombeiros de Montemor-o-Velho. -----

-----Quero com isto dizer, que se todas elas recebessem o mesmo que os Bombeiros, estaríamos a falar em 7 milhões e não em 743 mil euros, isto para demonstrar o esforço financeiro que já ultrapassa um milhão e duzentos mil euros ao longo dos 10 anos, e que foram incluídos naquela estrutura associativa. O que não se pode esquecer é que se trata de uma associação privada, com fins públicos e com direito público declarado, mas friso é privado, e dentro dessa matéria o município tem feito esforços titânicos de melhoria de condições para o qual a resposta daquela estimada associação é delicado, e por outro lado, hoje quer no sistema do combate ao fogo, quer da sinistralidade, quer sobretudo da catástrofe, existe uma situação de gestão de recursos no distrito e na região que louvo, e que eu próprio partilho ao longo de muitos anos, o que significa que a operacionalidade e a Proteção Civil têm de estar salvaguardados, e nessa matéria o montante há pouco referido, poderia ser distribuído entre os 50 e 52 mil euros de despesa corrente e os 28 e 30 mil euros como capital. -----

-----Aguarda-se que a associação nos faça chegar os comprovativos e os documentos necessários para justificar a deliberação do executivo municipal da atribuição destes valores, porque reportando ao que disse no início deste assunto, o relatório da inspeção é nessa matéria claro e objetivo. -----

-----Relativamente à intervenção que diz respeito aos Agrupamentos de Escolas do Concelho quero manifestar publica e frontalmente apenas a circunstância em que me movimento, não me preocupa a existência de um só agrupamento ou de dois agrupamentos, o que me preocupava e que neste momento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, abril, 30***

está salvaguardado é que o nosso concelho fosse tratado em termos territoriais com coesão, sem dispersão de equipamentos nossos, associados a outros concelhos. Não é por ter uma visão egoísta mas por termos uma valência na área educacional, sobretudo traçada após a construção do novo Centro Educativo de Montemor-o-Velho e do agrupamento que está criado com uma verticalidade dentro do pré-escolar ao 12.º ano, que devíamos enfatizar cada vez mais. Mais do que isso, fiz um repto, quer aos dirigentes dos agrupamentos, quer à Diretora Regional de que deve ser repensada, cada vez mais, a oferta formativa do concelho em termos das diferentes valências, porque a oferta formativa que temos hoje, não dá resposta de cobertura a áreas que considero de excelência e ao mesmo tempo de grande procura por parte da juventude do concelho, e que leve a que tenhamos de estar a pagar deslocações de alunos para concelhos vizinhos. E isso vai pressupor uma reafecção cada vez mais temática entre o ensino das escolas públicas que temos no nosso concelho, cotejando com aquilo que é oferta privada, e leia-se privada como corporativa onde nós estamos, no ensino profissional, e por outro lado, na melhoria da qualidade dessa mesma oferta na sua diversificação e na sua resposta sobretudo à procura mais legitimada pela própria juventude que sai dos diferentes níveis de educação. -----

----- Por último, e relativamente às outras intervenções feitas nesta sessão, quero dizer que na situação da estrada Valcanosa – Amieiro, não saberei responder, uma vez que diz respeito a duas freguesias, e não sei com qual PJJ falou, mas parece que deverá falar com os PJJ de Arazede e de Meãs, senão houver pelo meio outro trajeto. -----

----- Quanto à questão do saneamento, quero dizer que na freguesia da Carapinheira e noutros sítios estão a ser feitas extensões pelos próprios serviços da Câmara, enquanto na outra parte os projetos estão a ser cofinanciados e estão a ser lançados na sua globalidade. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo membro David Coutinho, duas notas: ainda hoje falei com a Eng.ª Isabel Quinteiro sobre este assunto, devendo esses stock ser repostos, tendo, no entanto, em atenção que estamos a ter um inverno fora de tempo, com muita chuva, e para repor com massas frias ou com o que quer que seja, é estragar dinheiro. A outra parte é uma questão de gestão e não falta de dinheiro, ou de pagamento, considerando que, mais do que nunca, os stocks têm de ser geridos, como se pode ser verificar, nomeadamente, na conta de gerência em que houve um esforço muito grande para atualizar todos os valores patrimoniais, municipais e daí as amortizações terem disparado para valores tão elevados. Ao mesmo tempo em termos de gestão, a partir de janeiro deste ano tem que haver um discricionário bem elementar que ponha bem em evidência a circulação dos encargos e dos consumos dos diferentes bens. E, muitas vezes, os PJJ sabem que isto é verdade, vão ter as máquinas, pedem determinadas máquinas, pedem determinado tipo de massas frias para determinadas áreas de intervenção, e esses estão em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

primeiro lugar. Quando o verão surgir com melhor circunstâncias para podermos repor todo esse espaço territorial, podem ter a certeza que essa é uma das preocupações a que será dada prioridade.”-----

----- **2. – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro –** não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se, de imediato, ao ponto seguinte.-----

-----**3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Documento de Prestação de Contas de 2011;**
- o membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “O grupo do PS subscreve os reparos, as preocupações que estão inscritas na declaração de voto dos vereadores do PS, feitas no executivo, relativamente a este assunto. -----

-----Sem querer ser repetitivo, em relação à declaração de voto dos mesmos e porque todos tiveram oportunidade de ler, transmito a preocupação do grupo do PS. Trata-se de uma preocupação que vai, principalmente, além dos números apresentados, do acumular de todas estas situações, ou seja, de mais uma vez, apresentarmos um saldo de gerência negativo, superior a um milhão de euros, dos valores que são apresentados e também estando a CM, neste momento, sob o escrutínio do Plano de Saneamento Financeiro, e com toda esta conjuntura, perguntamos ao executivo, qual é o plano estratégico que pensa colocar em prática, para inverter esta situação. -----

-----A situação é preocupante: entrámos num ano em que houve a diminuição de algumas transferências e de receitas, que são compreensíveis, mas esperávamos que houvesse uma resposta mais rápida e mais efetiva, por parte do executivo, para que esta situação não se repetisse este ano. -----

-----Toda esta situação leva, a que o município de Montemor apareça nas notícias, pelos motivos que não gostaríamos que aparecesse, ainda com a possibilidade de termos mais alguns ajustamentos que venham a ser impostos, e que colocam em causa a sustentabilidade financeira, a capacidade de investimento futuro da autarquia, pelo que esperaríamos que o PC pudesse esclarecer é quais são as medidas concretas, qual é o plano para conseguir inverter esta situação.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao Documento de Prestação de Contas de 2011, trata-se, no fundo, de um documento técnico, contabilístico, que espelha o que foi a atividade económica e financeira do município, ao longo do ano. Traduz a execução de um Plano de Atividades, de um orçamento e de um plano plurianual, que foi gizado e viabilizado pelo executivo e por esta maioria da AM. -----

-----O que está bem espelhado neste documento, é exatamente a estratégia seguida, escrutinada pela nossa população, nas eleições de 2009, e que, no fundo, se traduz num enorme leque de investimentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

estruturantes para o concelho, que estão à vista de todos cujo encargo, está espelhado neste enorme esforço financeiro que o executivo está a fazer. -----

----- Mais uma vez é bom lembrar que estamos numa conjuntura de dificuldades que não são só económicas e financeiras, nem do concelho de Montemor, mas são de todo o País e em todo o espaço europeu e em que temos uma janela de oportunidades, em termos do aproveitamento dos fundos comunitários, que ou o aproveitaríamos agora ou, muito sinceramente, na próxima década, duvido que houvesse oportunidade para o nosso concelho, de ter todos estes investimentos estruturantes que tem tido, nomeadamente nas infraestruturas básicas, na melhoria da rede escolar, na valorização urbanística do concelho e da melhoria e manutenção de algumas acessibilidades que serão importantes.-----

----- Se, por um lado, até acho que não deixa de ser interessante sentir a preocupação do grupo do PS, face às notícias em que a CMMV aparece no ranking com uma das 30 ou 50 Câmaras mais endividadas, também era bom que lessem todas as notícias e destacassem o facto de, nos rankings do aproveitamento dos cofinanciamentos de fundos comunitários, Montemor estar entre os melhores, não nos 30 ou 50, mas nos 5 ou 10. -----

----- Sabemos que a situação financeira da autarquia é difícil, mas esta situação é derivada ao enorme esforço que tem vindo a ser feito, para colocar em prática aquilo que é um plano de desenvolvimento estratégico para o município, em que esta seria a última janela de oportunidade, em termos do aproveitamento daquilo que são os cofinanciamentos, em termos do QREN, para terminar uma década de investimentos, que nos permite recuperar do marasmo e de alguma atraso, em muitas destas infraestruturas que o concelho vinha, década após década, a adiar. Assim, e em consonância com tudo isto, o voto do grupo da CMS será de aprovação.”-----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Ao longo destes últimos anos, como é sabido nesta AM, a CDU tem assumido uma posição de voto, acima de tudo, coerente. A abstenção nas Grandes Opções do Plano, não impede, deste modo, de responsabilizar o atual executivo, pelo atual estado das contas municipais. Não impede, do mesmo modo, de fazer sucessivos alertas para o risco dessas mesmas opções e os caminhos traçados, para as alcançar.-----

----- A abstenção não tira a responsabilidade ao executivo, pelo fracasso de alguns projetos, que seriam de enorme importância, nomeadamente para a criação de emprego e fixação de empresas e daí que esta posição seja acima de tudo, um ato coerente com o compromisso, que assumimos em 2009, com os eleitores deste município.-----

----- Não sejamos pois hipócritas, poderemos até ter pontos comuns, poderemos até ter opções semelhantes, o que não quer dizer que não tenhamos críticas a apontar e responsabilidades para apurar.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

Nada cairá em saco roto, até porque nunca escondemos que temos, em parte, projetos convergentes, embora muito divergentes na sua aplicabilidade e nos objetivos a alcançar - sabemos por onde querem ir, até nos podemos encontrar no caminho, mas não vamos por aí.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Relativamente à primeira intervenção, do grupo do PS, pretendo dar algumas informações, que penso que são particularmente importantes: A primeira é que se tivessem lido com atenção alguns dos documentos que foram entregues e cuja justificação foi dada nos preâmbulos, nas anteriores reuniões de CM, verificavam que os resultados obtidos em 2011 praticamente estabilizaram relativamente aos de 2010, apenas com algumas alterações provocadas por uma melhoria, diria técnica, da elaboração do documento e do cumprimento de normas que entraram em vigor e para o qual a transparência dos resultados e, sobretudo a exigência dos comprovantes para anos sequenciais, dessas responsabilidades, passaram a integrar e, obrigatoriedade, terão de fazer parte dos referidos documentos.-

-----Daí que, alguns dos resultados apresentados, pecam, no bom sentido da palavra, pelo exagero da transparência e da obrigatoriedade de não ocultar o que quer que seja, que não seja obrigatório pela própria legislação. -----

-----Por outro lado, também já foi aqui referido que houve valores que acabaram por ser cerceados ao próprio município posteriormente à elaboração do estudo de saneamento financeiro, que data de 2009, e que resultaram das retenções de Fundos de Equilíbrio Financeiro, que se elevaram durante o ano de 2011, a cerca de 650 mil euros e que, neste momento, acumulados, já atingem 1,1 milhões de euros. -----

-----Muitas vezes, o aparecimento destas informações, resulta da circunstância de apenas cerca de 45 das 240 Câmaras Municipais, terem feito os seus planos de saneamento financeiro e penso que uma dezena terá em situação de reequilíbrio financeiro. Posso dizer que apenas 68 Câmaras Municipais não têm dívidas e esta situação foi alvo de uma discussão com o Secretário de Estado do Orçamento, com a ANMP e com os diferentes municípios, e onde se avizinham intervenções algo importantes nesta matéria.--

-----A legislação que devia ter sido hoje publicada em DR, chamada lei dos Compromissos, vai acompanhar a libertação de verbas que estavam retidas na Direção de Administração Local e através da Secretaria de Estado da Administração Local, para se fazerem pagamentos das dívidas mais antigas, superiores a 90 dias, e onde a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho irá recolher mais de 1,1 milhões de euros, para fazer face à solução desse passivo. -----

-----Por outro lado também vai ser disponibilizado aos municípios, que inscreveram, por obrigatoriedade da lei, as verbas afetas ao 13.º mês e ao subsídio de férias, que ficaram retidas nos municípios, a possibilidade da sua utilização para fazer face aos pagamentos de dívidas com prazo superior a 90 dias, devidamente comprovados. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

----- Por último, um conjunto de outras circunstâncias, para as quais, neste momento posso apenas abordar algum do seu teor, não do seu conteúdo, por se tratar de questões ainda relacionadas com negociações e que dizem respeito ao seguinte: no orçamento retificativo, aprovado na AR, estão inscritos 2,1 mil milhões de euros, para fazer face a um plano de resgate e de saneamento financeiro, a todas as 268 autarquias, que poderão apresentar um plano de recuperação dessa dívida, passando o limite do prazo que atualmente vigora, (no caso do saneamento financeiro da CMMV está em 2+12 anos e acabámos agora os anos do período de carência e iríamos entrar agora na amortização, para o qual tínhamos um prazo de 10 anos) e que vai possibilitar aos municípios, renegociar a dívida para um prazo de 20 anos. -----

----- Significa que, se a taxa de juro que lhe ficar alocada, for uma taxa que se considere plausível e muito mais atrativa do que a que temos no saneamento, quer dizer que os encargos que lhe estão adstritos poderão ser reduzidos, não direi a metade, mas pelo menos a 40% ou 45%, o que vai libertar fundos financeiros, porque a partir da lei dos Compromissos, a questão que se coloca é a necessidade do lançamento de qualquer iniciativa ou de qualquer compromisso, como a própria lei pressupõe, tem que ter a garantia dos montantes que lhe estão adstritos. -----

----- Como também já foi abordado pelo grupo da CMS, e nesse contexto, gostaria que olhassem mais para os números, de uma forma não inócua, mas para o que está por trás é um documento da CCDR, em que no ano de 2010, dos cerca de 80 municípios que compõem a região centro, o que mais gastou em áreas de investimento, foi precisamente Montemor, com 52,2% da sua despesa, que foi para obras. -----

----- Se repararem, este ano, este valor desceu ligeiramente, e que está nos 41% e a autarquia que mais auferiu de financiamentos comunitários, foi precisamente a nossa, com uma taxa de comparticipação média de 72% . Este ano, se forem comparar os valores de 2011 atinge uma taxa média de 57%, porque inerentes a estes projetos, estão taxas de cofinanciamento muito diversificados. -----

----- Nessa matéria dou o exemplo que está muito bem demonstrado pelos números, em que a rede de cobertura de saneamento que está a ser feita no concelho, tem uma taxa média de comparticipação de 57%, ou seja, 43% do esforço financeiro de cerca de 12 milhões de euros de obra são pagas pelo município e através, nalguns casos, da descolagem temporal da assunção dessa mesma dívida. -----

----- Se verificarem, e esses números vão ter que ser trabalhados com alguma brevidade, em termos da negociação que vai ser estabelecida, por via da ANMP e da tutela para a resolução destes problemas, isto prende-se com um esforço titânico, onde a CMMV não teve linhas de financiamento próprio, em termos de empréstimo. O Ciclo Urbano da Água, quer por via daquilo que está a ser feito em termos de redes, de etar's, através da melhoria das condições de tratamento de águas e outras, tem sido suportado, em grande parte, por meios próprios, sem financiamento exterior. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

-----Como aqui foi abordado estes projetos, se não fossem feitos agora, nunca mais o seriam. E mais do que nunca, pergunto também se por uma identidade economicista, como é que se justifica 3,8 milhões de euros nesta área do Ciclo Urbano da Água e do Saneamento, por exemplo nas freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, que não têm mais do que 1.500 cidadãos e que vão beneficiar deste serviço.--

-----Se tivéssemos essa visão, estas freguesias nunca teriam saneamento, ou se tivéssemos esta visão não preteríamos de uma função prioritária, de estar a fazer o mesmo investimento por exemplo, na zona de Arazede, onde a diversificação e a tipologia de habitat que ali se encontra, nos dá uma obrigatoriedade de construção de ramais, que para atingir os mesmos 3 ou 4 mil habitantes, num centro urbano, reduziam em um quinto esse mesmo investimento. -----

-----Mas a necessidade de manter uma qualidade de oportunidade cívica e de cidadania, de qualidade de vida, que possa perspetivar outras soluções de residência e ao mesmo tempo de desenvolvimento, e de não centralização daquilo que é o que foi demonstrado através dos Censos de 2011, que o concelho de Montemor-o-Velho pode valer, leva-nos a estas tomadas de posição e claramente que se vê, nos Documentos de Prestações de Contas, onde se gastou o dinheiro. -----

-----Neste momento, o município de Montemor é o 15.º do País com menos despesa proporcional com pessoal, é dos concelhos onde se gasta menos em funcionamento e onde as próprias transferências estão bem elencadas e vistas neste documento. -----

-----A questão clara e inequívoca é se podia ou não fazerem-se tantas obras, e a pergunta que faço e devolvo é, em relação a estas obras todas, quantas tiveram o voto contrário das outras bancadas? Apenas uma, a do Ascensor Mecânico, que não ocupa mais do que 3% da despesa feita pela Câmara. -----

-----A questão que hoje é necessariamente assumida por mim, com base no órgão executivo, onde estas questões são partilhadas é de criar condições igualitárias a outros municípios, para precisamente, nos próximos meses e até final, estarmos na primeira linha da manutenção de um diálogo e de uma reconversão de alguma parte desta dívida, em dívida de médio/longo prazo, em vinte anos, com exceção de três áreas de dívida que a Câmara tem.-----

-----No Documento de Prestação de Contas pode verificar-se que nos 13 empréstimos, que atualmente fazem parte da obrigatoriedade do município, apenas 4 ou 5 são considerados normais e discutíveis, com preponderância quase exclusiva do empréstimo de 16,5 milhões de euros do saneamento, que tinha garantias em 2009, mas que hoje se alteraram. Falava-se em venda de imobiliário, mas quem é que hoje compra? Falava-se em aumentos muito mais gravosos de determinado tipo de prestação de bens e serviços, mas a nossa preocupação de sustentabilidade e, sobretudo, de leitura do período crítico que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

maioria das famílias atravessa, não nos leva a disparar o preço de determinados bens e serviços, que o próprio município é dono e que se orgulha muito disso.-----

----- Recordo aqui, que nesta mesma sala, os dois grupos, quer da maioria, quer da oposição, defenderam sempre a integração do município de Montemor-o-Velho, em sistemas multimunicipais de água e de saneamento. O PCM obstaculizou e mostrou-se sempre adverso a isso e comungou sempre da verticalização do processo. Esta verticalização levou a que a CM não se tivesse “prostituído” e entregue todo este bem, por exemplo à Águas de Portugal (ADP), que está na situação em que está.-----

----- Claramente, que hoje temos níveis de cobertura do concelho, em prestação destes serviços, que podem, no futuro, independentemente da vontade dos meus sucessores, ser uma grande fonte de financiamento, discutida não numa forma mitigada e com as quais nunca concordei e, nessa matéria, faça-se justiça, apenas o grupo da CDU teve sempre conta.-----

----- Estas circunstâncias levam-nos a que hoje se pondere, com clareza, sobre a eventualidade nas questões referentes à operação limpeza que está a ser feita em termos dos Fundos Comunitários, até onde vai o interesse do município em manter algumas das suas propostas, em termos de execução, não daquilo que está a decorrer, mas daquilo que ainda pode vir a ser aprovado e lançado.-----

----- Dou exemplos daquilo que me parece que, nesta fase de consubstanciação, não terá delicadeza nenhuma e que são as obras que estão para concluir, do Ciclo Urbano da Água, do CAR e de algumas das áreas de mobilidade, que já foram aprovadas e que têm concursos autorizados, aprovados e adjudicados.--

----- Informo também que todas as obras, com valor superior a 950 mil euros, independentemente dos contratos terem sido assinados e autorizados pelo executivo, são obrigatoriamente vistos e visados pelo Tribunal de Contas, assim como todas as obras que são superiores a 350 mil euros. O que está em causa é que o arranque da obra, hoje, não pode ser feito sem o visto do Tribunal de Contas, como salvaguarda temporal da própria deliberação que o Tribunal tem, perante um conjunto de 308 municípios. -----

----- Estas circunstâncias levam a que, nestas negociações, se tenha sobretudo o interesse de pegar no passivo em vigor, atualmente, e esta leitura tem de ser desmultiplicada, pois não é só o que está nas contas que interessa, mas tem que ser acrescido das obras que estão em curso e cujos compromissos estão assumidos. Por outro lado, concretizando, e isso é uma matéria que consta do mapa dos empréstimos, podem ver que existem dois anos muito delicados: 2013 e 2014, porque são os dois anos onde se vai verificar uma sobreposição de empréstimos que acabam nessa altura, com os empréstimos do saneamento financeiro, que se começa a amortizar agora. -----

----- A partir de 2014 este *plafond* desce, mesmo que se mantenha a situação atual, porque estou a falar de 8 milhões de euros, que são amortizados na totalidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

-----Chamo também a atenção, e podem verificar nos relatórios trimestrais remetidos à AM, a dívida de médio e longo prazo está a descer, sistematicamente, 2,2% de três em três meses. Nestes mesmos documentos pode-se verificar que, ao contrário de concelhos vizinhos, cuja dívida de médio e longo está a subir, Montemor está a descer porque está a cumprir. -----

-----O problema que aqui se coloca é um problema adjacente à capacidade libertadora de meios no futuro, face aos compromissos que transitam e face à libertação de disponibilidades para novos investimentos. E quais são esses investimentos? Isso vai passar por uma grande jornada de discussão, daquilo que vai ser o plano europeu, até 2020, como é que é que vai ser o novo programa comunitário de apoio e, mais do que nunca, as questões são, essencialmente, nas seguintes áreas: vias de comunicação, Centros Educativos, CAR, Ordenamento do Território, Ciclo Urbano da Água, onde as despesas feitas em investimento, perfazem uma média de 8 milhões de euros por ano. -----

-----Outros municípios, com a mesma capacidade financeira, não conseguem atingir os nossos números e se se recordarem dos orçamentos executados durante a década de 90 e dos executados na década de 2000 verificamos que registam cerca de 20 milhões de euros de orçamento, para uma receita própria quer autóctone, quer de transferência, que não ultrapassa os 12,3 milhões. -----

-----Se colocarem o valor das transferências dos Fundos de Equilíbrio Financeiro, que atingem, grosso modo, se nada for retido, 7,3 milhões por ano e se se juntarem os impostos diretos e indiretos, da responsabilidade do município, o orçamento é real, sem causticar a população, com elevações de receitas como aquelas que podem vir a ser previstas, nomeadamente no IMI em que, eventualmente, 5% do aumento dessas receitas vão ser cativas, por parte do Estado, para fazer face a investimentos de reatualização do património. -----

-----É evidente que para quem recebe 1,3 ou no máximo 1,5 milhões de euros, 5% são 75 mil euros, e fazem falta. Este é o valor que o município transfere para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e teriam que ter isto em atenção. -----

-----Em relação às outras questões que foram elencadas, ouvi com muita atenção a intervenção do membro Ricardo Brites, no dia 25 de Abril e porque para mim esse é um dia muito simbólico, muito importante e em não se deve dar respostas, pela solenidade e pela fulanização com que muitas coisas às vezes se perdem no critério de quem as emana e de quem as diz, não o fiz, mas há outras oportunidades e esta é uma delas e não a vou perder. -----

-----Em relação ao Parque de Negócios de Montemor-o-Velho (PNMMV), gostava de dizer que quem ali passa não vê mas dos 34 lotes, 20 estão vendidos, podendo perguntar-se porque ainda não começaram as obras. Esta questão tem que ser colocada aos investidores, tendo em conta o período que estamos a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

atravessar, mas não posso retirar os incentivos aos investidores, até estes lotes garantem mais de 200 postos de trabalho, dos quais mais de 150 já lá estão. -----

----- O Pólo Logístico e Industrial de Araçede (PLIA) está em construção e está a entrar na fase final e peço-lhe desculpa, mas digo-lhe isto pela amizade que tenho por si: se essa linguagem que utilizou é doutrinal, tenho pena que ela se mantenha há 40 anos, se ela é umbilicalmente funcional ou patronal, esse problema já não me diz respeito. -----

----- A questão da AGNI, abordada nessa sessão do 25 de Abril, revela insensatez. Sou coerente com aquilo que defendo e não ponho em causa, sequer, o primeiro-ministro daquela altura, que me convenceu e era fácil, agora, ter aqui um discurso barato de traição, de falta de coerência e de ingratidão. E se essas coisas correram mal, não é o PCM que tem responsabilidades, mas também não é ele que vai mandar para cima de quem quer que seja essa mesma responsabilidade, autenticada através dos órgãos responsáveis e técnicos, que neste País deviam ter, sobretudo, salvaguardado algumas dessas instruções. -----

----- Saibamos estar onde devemos estar e se não sabemos, não sejamos porta-vozes, por qualquer das condições umbilicais que nos ligam a outras pessoas, que nas mesmas posturas e nas mesmas situações não tiveram a coragem de pôr em causa estes mesmos estados. -----

----- Outras das circunstâncias que podemos falar, tem a ver com o próprio CAR. Este está em fase de conclusão e já aí se realizou o Campeonato Europeu e vai ter mais dois Campeonatos. Mas uma coisa que o vosso PC não fará é obrigar o município a assumir questões de pagamento e de gestão que são entregues a outros e que fazem parte do protocolo que assumimos. -----

----- E nessa matéria, o município de Montemor, nas dívidas que foram abordadas, tem mais de 4 milhões de euros, que decorrem desta obra, assumido no mandato anterior à minha vinda para a Câmara e outros consigo. E a coerência está nesta visão, está nesta postura e não na forma arbitrária de mandar para os outros, aquilo que nunca se conseguiu fazer, nem nunca se irá fazer. -----

----- Mas não fica só por aqui. As questões claramente ligadas à margem esquerda, fazemos lá obra, mas algumas delas está a custar ao município os “olhos da cara” e não estamos a olhar ao quantitativo do denominador, que essa mesma interpretação traz, em termos de cidadania. Não podemos ter um texto dito e outro feito. A teoria não leva a lugar nenhum, a prática tem que se mostrar, no experimentalismo e naquilo que queremos fazer. -----

----- E já agora o membro Ricardo Brites, deve ler melhor as coisas e aplicar as palavras concretas. Hoje, em relação ao concelho de Montemor e se houver uma proposta correta e concreta deste órgão AM, também votado no executivo, as autarquias que podem ser agregadas são três no máximo, quando muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

quatro e não cinco ou mais. E sabemos o dispositivo legal onde isso se encontra e vamos lutar, independentemente da “cor”, porque primeiro está a minha terra, está o meu concelho”. -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 35 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 21 votos a favor (CMS), 8 votos contra (PS) e 6 abstenções (CDU e PJF); -----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Obviamente que não estaria à espera de outra coisa se não a reação do PCM e, também, lhe digo que em relação ao que referiu como ligações umbilicais, patronato ou o que quer que seja, já é a segunda vez que faz insinuações nesse sentido, nesta AM, o que não aceito. -----

-----Quando transparecer a esta casa, de alguma forma, que isso está a acontecer eu próprio serei o primeiro a abandonar e a retirar-me dos cargos políticos que exerço neste concelho, porque já quando foi discutido, em dezembro, questões relacionadas com o aproveitamento turístico do concelho, o PCM insinuou e na altura não fiz referência a essas questões, por considerar que seriam mais uma maneira de brilhar, como acabou de fazer, e pelo menos as minhas palavras serviram para isso mesmo.” -----

-----**4.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro de 2011** - o membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro de 2011, esta é uma obrigatoriedade do Plano de Saneamento Financeiro que a Câmara fez, e por isso tem que ser dado conhecimento semestral e anualmente a esta AM.-----

-----Este mesmo relatório, reflete todas as informações que foram prestadas a este órgão, ao longo do ano e que acabaram por ser devidamente esclarecidas, após a intervenção do PCM. Logicamente que o voto do grupo da CMS será favorável.” -----

-----O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Em relação a este documento iria-me cingir à parte das conclusões, e compreendendo as justificações que foram dadas pelo PCM, no ponto anterior que vão também encadear neste ponto, a verdade é que temos de analisar as situações ao dia de hoje. Há um conjunto de intenções por parte do governo, em realmente fazer algumas alterações, que será um pouco, como fazer um Plano de Saneamento ao que já está em curso.-----

-----A preocupação do grupo do PS e as conclusões a que chegamos e o que queremos é que estas situações sejam resolvidas da melhor maneira, especialmente no interesse do município e da nação e, se poder ser dos dois ao mesmo tempo, melhor para o grupo do PS.-----

-----Agora, com as conclusões que são apresentadas neste documento, as próprias preocupações em relação ao cash-flow, ao deficit, ao aumento significativo dos custos financeiros da dívida de curto prazo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

é verdade que o município diminuiu e está a diminuir a dívida, também não tem contraído mais, mas não sei se por opção do executivo, se por qualquer imposição do Tribunal de Contas. Mas no sentido inverso tem sido feito o aumento da dívida de curto prazo, que agora poderá, ser novamente convertida em dívida de longo prazo.-----

----- Por isso mesmo, compreendendo os motivos, tenho de ter na mesma as preocupações que manifestei anteriormente e que estão espelhadas, nas conclusões deste relatório. E é nesse sentido que o grupo do PS, coerentemente com aquilo que tem feito também no que se refere a estas questões, ao longo dos últimos mandatos, vai votar contra este documento.”-----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Nesta matéria, a questão é clara. Há um relatório isento, neutral e transparente, porque ele próprio serve de mecanismo pedagógico e ao mesmo tempo estratégico, para determinado tipo de correções.-----

----- O problema, e aqui falo perfeitamente à vontade, é que neste momento, o município estava com uma “embalagem” de obras, que temos que travar, mas não a todos os níveis.-----

----- O que está em causa é, fundamentalmente educação, ordenamento do território e emprego e é para estas vertentes que o município se tem que virar, mas é preciso um outro ciclo, possivelmente com outro presidente, com outro perfil, que preste mais atenção à questão da marginalidade, da insegurança, da saúde.-----

----- Mas isto não é só aplicável no concelho mas em todo o território. Não há dúvidas de que, quer em Cantanhede, quer em Soure, quer na Figueira da Foz, ou Mira, a situação é exatamente a mesma.-----

----- Há que ter, sobretudo, uma sensibilidade forte, e aqui deixo uma última nota: há condições claras, para salvaguardar no futuro, o reembolso destes encargos, mas há que facilitá-los. Mas esta facilitação não pode ser tomada a partir de um novo reenquadramento financeiro em que continue a disparar despesas, para algo que não tenha, depois, esta virtude, do ponto de vista do futuro.-----

----- Permitam-me que com alguma delicadeza diga que isso vai obrigar, e eu tive esta intervenção com este mesmo teor à uma semana, perante os 10 Presidentes e as 10 AM que aqui se encontraram na Assembleia da CIM, de que vamos ter que repensar a estratégia do que queremos, para onde vamos, como vamos e para onde é que nos deixam ir, que é uma nova vertente, tendo de haver uma nova geração mais condicionada e mais condicionante, que tem de pensar desta forma.-----

----- Se algo me dá muito orgulho e pelo qual defendo o 25 de Abril, é porque sinto a veracidade do poder local, mas sinto que o poder local está a ser ostracizado, vai ser excomungado, vai ser secundarizado e, possivelmente, centralizado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

-----E essa não faz parte da minha ótica e da minha ideologia, e nem faz parte da minha postura, enquanto político. -----

-----Isto não é nenhum testamento político, mas é o que sinto, na realidade. Por isso não entro em divergências, nem em contradição, pretendendo deixar uma clara leitura de que é preciso ir mais longe, mas um “mais longe”, que depois deixe condições para repensar o que se vai fazer, em relação a um futuro, que vai ser muito diferente deste.-----

-----E nisso, digo com muita clareza, que sentir-me-ia extremamente melindrado e, ao mesmo tempo, fragilizado, se alguns destes investimentos que foram alvo de discussão anterior, onde não tivesse havido unanimidade e onde hoje se perguntasse para quê fazer uma coisa e não fazer outra. E sejamos muito objetivos: não foi o CAR que nos trouxe estas preocupações, porque 85% do seu financiamento está seguro. Estão ali 4 milhões de euros, mas para quem efetuou 25 milhões de euros em investimento, quando terminar, não tem o mesmo peso do que os 5 milhões, em 10 milhões, que o município está a gastar noutra parte. -----

-----A pergunta que faço, a qualquer um dos membros da AM, é que culpa tem o cidadão que vive em qualquer outro ponto do concelho, que não tinha ainda estas condições básicas de vivência e de qualidade de vida. Porque é que este tinha de ser secundarizado? Sentimos isso, mais do que nunca, quando se fala, hoje, na agregação das freguesias. -----

-----O processo está mal instruído, estou contra isso, já o disse e torno a dizer, mas o problema mais grave é que, para além de ter começado ao contrário, claramente, do meu ponto de vista, cria dois patamares de diferenciação das pessoas e qualquer um dos MAM que aqui estão presentes, independentemente do seu cunho partidário, tem uma afeição, tem uma instrução, tem uma cultura e tem uma religião, pela qual a sua freguesia lhe diz muito. E hoje está a ser colocado um fim a tudo isto, ou estão a obrigar-nos a pôr fim a isto.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 35 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CMS), 8 votos contra (PS) e 6 abstenções (CDU e PJP);-----

-----**5. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Pedido de Reconhecimento do Interesse Público Municipal para a instrução do processo de avaliação de incidências ambientais, apresentado por “EDIFIG – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LDA.”, para o lugar de Lagotos, freguesia de Liceia;** - O PJP de Liceia, Manuel Duque (PS) pediu palavra e disse: “Recentemente a JF de Liceia emitiu parecer favorável a este pedido e, obviamente, que se pretende que sejam cumpridas as normas legais vigentes, e aqui volto a reiterar esse parecer.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “À semelhança de um processo da mesma natureza para a freguesia do Seixo que veio a esta AM na sessão anterior, o grupo da CMS mostra disponibilidade para a viabilização deste processo de avaliação de incidências ambientais e para a viabilização desta atividade económica de extração de inertes, que criará alguma atividade económica no concelho. Mais uma vez, e à semelhança daquilo que disse na altura, fica uma ressalva para a necessidade de garantir por parte da entidade promotora todas as ressalvas e todas as medidas mitigadoras que estão descritas no parecer da CCDR, e por isso necessárias para a redução dos impactos inerentes.” -----

----- O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Compreendendo e indo de encontro ao que foi dito pelo PJF de Liceia e olhando para este pedido, e estando expostas quais poderão ser as vantagens para o território, também nos parece, à partida que poderia não haver nada a obstar, e compreendemos inclusive a posição do executivo municipal em remeter por unanimidade esta assunto à AM, mas quem toma a deliberação final legalmente é a AM, e para nós subsistem algumas dúvidas, nomeadamente, porque não emite a CCDRC um parecer, para termos em nossa posse esse parecer e termos a garantia de que este reconhecimento que fazemos está de acordo com aquilo que vem a ser executado e com todas as problemáticas de impacto ambiental. Há uma situação, pela análise dos documentos enviados em anexo, que deixa algumas dúvidas: presumo que foi no dia 14/03/2012 que foi emitido por uma técnica superior desta CM, um parecer onde consta: *“Através da análise do requerimento em apreço, e documentos anexos, não é possível aos serviços avaliar sobre o “interesse público municipal da pretensão”, uma vez que parece estar subjacente essencialmente o interesse privado. Assim, e tentando ir ao encontro do pretendido, foi concedido o prazo de 15 dias para a empresa requerente apresentar a fundamentação que tivesse por conveniente, face ao contexto legal.”* Passados 16 dias é emitido parecer pela Diretora de Departamento, em que propõe ao executivo municipal que pondere emitir um parecer favorável ao pedido. -----

----- Não temos nada a obstar a esta alteração, mas não tivemos acesso a qual foi a fundamentação apresentada pela empresa que levou os serviços, justificadamente, a alterarem esta posição, ou seja, as dúvidas que numa fase inicial surgiram aos serviços técnicos da CM, e como desconhecemos a informação extra que foi fornecida pela empresa, continuamos com as mesmas dúvidas. Por esse motivo vamo-nos abster, por acharmos que não tivemos acesso a toda a informação para podermos decidir, e até mudar de opinião, isto sem haver nenhum laivo de desconfiança em relação aos serviços, só que não temos consubstanciado qual foi o motivo válido para haver esta alteração de opinião. Nada nos move contra a realização do empreendimento de extração de inertes, e já na última sessão foi aprovada pelo grupo do PS uma RIP, e se realmente não houvesse todas estas questões paralelas e se tivesse realmente na totalidade fundamentado, poderíamos tomar uma decisão favorável, mas desta forma vamo-nos abster.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

-----O vereador Abel Girão pediu a palavra e disse: “Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer o líder de grupo do PS, Marco Góis que, relativamente à questão colocada de primeiro vir a informação ou o parecer da CCDR e depois ser então presente à AM, o procedimento é feito precisamente ao contrário, ou seja, uma das peças imprescindíveis, para a organização do processo de pedido de licenciamento na CCDR, é precisamente o reconhecimento de interesse municipal. Não é possível obter o parecer, sem que, efetivamente, a AM se pronuncie de forma favorável. -----

-----Relativamente à questão da alteração, são questões técnicas e, provavelmente, terão vindo na informação que foi presente a reunião de CM. Houve um pedido de esclarecimento que foi feito e que depois foi considerado como válido e, portanto, foi remetido ao executivo que aprovou o projeto.”-----

-----O PCM solicitou ao vereador Abel Girão que obtenha o esclarecimento em falta e o envie a todos os MAM.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (CMS) e 14 abstenções (PS e CDU).-----

-----**6.– Autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais;** - o membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Noto que estas regras são aplicadas à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas pelo que o grupo do PS pretendia obter mais informação acerca de quais são os serviços que estão a ser contratados, pois temos os títulos, os valores, a distribuição de projetos mas, efetivamente, não se percebe quais são os serviços que estão a ser contratados. Vejamos: contrato por ajuste direto para aquisição de serviços do “Programa Ruas da Cultura (Economias Criativas) – Unidade de Ateliers e Residências Artísticas”, em concreto este valor que é apresentando de quase 75 mil euros acrescido de IVA, com a Universidade de Aveiro. Sobre a Prosegur e a Peróneo facilmente se consegue perceber o que é que está a ser contratado e, por isso, mas sobre a Universidade Aveiro e da Paula Teles, Unipessoal, Lda., solicitávamos informação sobre quais os serviços que estão a ser contratados.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Este ponto introduz aquilo que será um procedimento a que esta AM se terá de habituar no futuro próximo, e que tem a ver com a introdução da chamada lei dos Compromissos que obriga a que todos os compromissos celebrados com a autarquia que se traduzam na contração de despesas além do ano de exercício, tenham que ser do conhecimento desta AM e ter autorização da mesma. Algumas das questões levantadas pelo grupo do PS, julgo que farão sentido pelo que no futuro se deverá fazer o correspondente de modo a saber-se, sem dúvidas a que é que se referem cada uma destas rubricas.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

----- O PCM pediu a palavra e disse: “ Vou fazer a introdução no que se refere ao conteúdo e depois a parte mais técnica e até da legislação que lhe dá enquadramento ficará à responsabilidade do chefe de divisão financeira, Paulo Teixeira. Em relação à Prosegur e à Peróneo, percebe-se que os objetivos são proteção e segurança, um em geral e o outro mais dedicado a questões de higiene e saúde no trabalho. A Universidade de Aveiro é um dos parceiros do projeto “Ruas da Cultura” e, fundamentalmente, uma das suas intervenções será a de direccionar recém-licenciados em áreas de arte e design e que connosco vai providenciar um trabalho, sobretudo de inclusão desses profissionais aqui em Montemor, naquilo que vai ser a recuperação daqueles edifícios para a criação de ateliers e de oferta de formação deste género de variedade funcional. Portanto, este estudo acaba por passar do ano de 2012 para o ano de 2013, e tinha que aqui ser incluído. -----

----- Quanto à Paula Teles, Unipessoal, Lda. trata-se de um projeto que a CM se candidatou, financiado a 75%, para transformar sobretudo zonas de acessibilidade para utilização por parte de pessoas com determinado tipo de deficiência em todo o concelho, e é por isso que o projeto se chama “RAMPA. Trata-se de um estudo em áreas mais delicadas em determinado tipo de espaços que vão ser estudados para precaver que em algumas intervenções, até por parte do município, sejam logo previstas soluções de acessibilidade.” -----

----- Tomou a palavra o chefe de divisão financeira, Paulo Teixeira e disse: “A introdução deste ponto na AM decorre da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, nomeadamente no artigo 6.º, e que diz claramente que a assunção de compromissos plurianuais, está sujeita a autorização prévia da AM quando envolvam entidades da administração local. Estas despesas, de facto, ultrapassam o ano económico de 2012, e daí a necessidade de ter de vir à AM para autorizar a celebração destes contratos.” -----

----- O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Eram de facto essas as dúvidas que tínhamos. Em relação aos dois primeiros contratos, já tínhamos dito que o grupo do PS não levantava problema, mas gostaria de destacar o plano de promoção da acessibilidade do “RAMPA”, porque parece que, de facto, hoje em dia, será cada vez mais uma das preocupações que devemos ter e ainda bem que o Município está empenhado em melhorar esta vertente. Esperamos que o estudo, se vá gradualmente concretizando em alterações, e neste sentido o grupo do PS vai votar favoravelmente este ponto.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (CMS e PS) e 1 abstenção (CDU); -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

-----7.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano; - o membro José Carlos Leite (PS) pediu a palavra e disse: “Antes de passar ao nosso sentido de voto gostaria de chamar atenção para uma diferença que encontramos nos documentos. Verificamos que na ata da reunião da CM, consta da informação do Departamento de Cultura, no ponto 4 uma verba de 1.240 euros e nos quadros encontra-se inscrita a verba de 1.500 euros, ou seja, num caso um valor global de 31.240 euros e nos dois quadros encontra-se 31.500 euros. Sendo isto, apenas uma chamada de atenção relativamente a valores diferentes que encontrámos nos documentos, e não sendo isto que irá interferir no nosso sentido de voto, informo que na sequência das nossas tomadas de posição e com algumas divergências que temos relativamente a algumas questões, iremos abster-nos.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a esta revisão ao orçamento, estamos em consonância com o que tem sido o nosso entendimento desde a aprovação do Plano Plurianual de Investimentos, pelo que a votação será favorável. No entanto, se houver oportunidade gostaríamos de ver esclarecido o porquê daquele diferencial que aparece na informação.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “A questão é muito simples de explicar, porque se tratam de previsões. Este documento prende-se com o seguinte: inicialmente quando foi aprovado pelo Programa Regional a Regeneração Urbana de Montemor e a ligação da zona Ribeirinha ao Castelo, que envolvia a zona Ribeirinha e a zona do Ascensor Mecânico, havia uma parte imaterial que dizia respeito a uma animação cultural para a qual as verbas de reforço que eram necessárias correspondiam ao montante referido de 1.240 euros, entretanto, numa reunião que tive na CCDR, e procurando encontrar-se soluções para que algumas das obras imateriais que o município, na sua globalidade, aprovou, sejam ainda financiáveis. É dentro desse âmbito que se está a pedir a revisão, para que esse projeto seja enquadrado numa reprogramação e numa revisão pelo que foi aprovado para poder ser financiado. Ainda não existe uma resposta positiva mas temos de ter aberta a rubrica e preparada, nem que seja com 1 euro, caso isso venha a acontecer. Daí a diferença que aparece, e que é simbólica. -----

-----Claro que, no caso de vir a ser financiada, é evidente que terá de ser feita uma alteração, reforçando aquela rubrica na totalidade do montante que vier a ser aprovado. Neste caso, a ideia era de associar a eventual concretização deste projeto cultural com a reprogramação da animação da ligação do eixo viário de Montemor ao Castelo, e para isso teríamos de ter rubrica aberta e preparada com dotação. Têm de facto de constar os 1.240 euros, porque esse projeto já estava aprovado e se tiver de ser fechado essa verba tem de constar, se houver uma reafecção para a reprogramação, temos de ter dotações senão estaria a zeros.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, abril, 30

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (CMS) e 14 abstenções (PS e CDU). -----

----- Após esta intervenção, o PMAM deu por encerrada a Sessão às 19,30 horas e, para constar, se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada vai ser, devidamente, assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos, Dr.

(Texto escrito com base no novo acordo ortográfico)